

O NOVO ESTADO, GESTÃO E GOVERNABILIDADE

Roberto Nicolau Jeha

Antes de se falar da gestão e da governabilidade, temos que ver a questão do Estado na sociedade brasileira. Qual é esse novo Estado? É um Estado produtor? É um Estado, articulador? É um Estado mínimo? Eu, como diretor da FIESP, noto que hoje uma grande parte do empresariado nacional está sendo iludido pela sereia do neo-liberalismo. Eles acham, uma grande parte do empresariado, que o Estado deve ser mínimo. Que o mercado vai resolver tudo. É que o Estado deve realmente se resignar e cuidar das questões de saúde, de educação e de promoção de justiça. Eu sou totalmente contrário a esse ponto de vista. É evidente que aquele Estado socialista, aquele Estado produtor, burocrático, ninguém pensa mais. Já virou um Estado jurássico. Evidentemente que não é esse o Estado que a gente defende. Mas acho que temos que ter no Brasil um Estado enxuto, que não perca a sua capacidade de articulação, de indução e mesmo a sua capacidade de intervenção. Se nós analisarmos a industrialização brasileira, para falar num ramo do qual eu sou

É preciso dar ao Estado condições para que possa governar esse país tão cheio de contrastes, paradoxos e com um potencial tão grande e que se encontra numa situação tão miserável. Nesse particular, algumas reformas são absolutamente indispensáveis. E não vejo como fazer isso sem uma revisão da Constituição.

mais ligado, vamos ver que, em 1930, quando o Brasil era ainda uma grande fazenda agro-pastoril, até os fins da década de 70, passamos de uma grande fazenda para a oitava economia industrializada do mundo. Isso se fez com um processo de substituição de importação comandado pelo Estado nacional, já que a iniciativa privada em 1930 não tinha nem o grau de articulação nem o grau de concentração de capitais que tem hoje. E naquele momento foi necessário que o Estado nacional ou Estado de Vargas, o primeiro governo de Vargas, fizesse esse programa de substituição de importações e, com o auxílio de poupança externa, iniciasse o programa de industrialização brasileira. É mais uma vez o Estado

nacional que em 1940/1941, dá um passo decisivo nessa história da industrialização brasileira com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional. Na época, havia uma guerra. E o Presidente Vargas, que na época era um ditador, negociou a ida do Brasil, ao lado dos aliados, com a condição de que os Estados Unidos aqui instalasse uma usina siderúrgica, já que haviam grandes dificuldades, postas pelo próprio Estados Unidos e pelas nações industrializadas da época, para que o Brasil se industrializasse. Novamente o Estado teve uma atuação fundamental nesse processo de crescimento e de urbanização da população brasileira. Termina o governo Vargas e vem o governo do Marechal Dutra. E o governo do Marechal Dutra foi neoliberal. Era um governo em que o mercado deveria resolver tudo e o Estado deveria se recolher. Houve, naquela época, uma abertura comercial brasileira. E o Brasil gastou durante o governo Dutra todas as reservas que tinha acumulado durante a guerra. Gastou importando geladeiras, automóveis, liqüidificadores. Porque nós não produzíamos nada naquele momento? É um momento em que o Estado se afasta da condução da vida econômica brasileira. E o resultado foi dos piores. É preciso que cinco anos mais tarde volte Getúlio Vargas e crie as grandes holdings estatais brasileiras, que até hoje estão aí. E sem elas dificilmente poderia se ter

conseguido a continuidade do processo de industrialização até o fim da década de 70. Que são a Petrobrás e a Eletrobrás? É dessa época também a criação do BNDE, que é o primeiro banco de fomento brasileiro. Ou seja, o primeiro que financia a iniciativa privada a longo prazo os seus projetos de investimentos e de industrialização. Não só a iniciativa privada como o próprio setor público, nos seus setores de infraestrutura. Quando a gente diz que o BNDE foi o primeiro banco a fazer isso, foi o primeiro banco formalmente a fazer isso. Porque essa missão, esse papel, antes da existência do BNDE, coube ao Banco do Brasil. Teve um grande papel em toda essa história brasileira da industrialização, da agricultura, enfim, do desenvolvimento econômico desse século. Houve um momento em que o Banco do Brasil, além de ser um banco comercial, um banco agrícola e rural, era o banco Central e, ao mesmo tempo, era o banco de desenvolvimento econômico.

Posteriormente é que veio o Banco Central substituindo a SUMOC - Superintendência da Moeda e Crédito - que era um departamento do Banco do Brasil. E que vem o BNDE substituindo também o Banco do Brasil como financiador de longo prazo. Mais uma vez, o papel do Estado no sistema financeiro público brasileiro alavancando, induzindo e articulando o processo de crescimento econômico.

O governo Kubitschek foi de planejamento. É o governo do Plano de Metas. Foi um governo no qual o Brasil, aproveitando todo esse esforço mundial, dá o seu grande pulo para a industrialização. É o momento da siderurgia. É o momento da energia elétrica. É o momento das telecomunicações. Das estradas rasgarem esse país. É o momento de Brasília. Se não fosse Brasília, certamente que a economia brasileira ainda estaria na borda costeira do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte. É o momento da marcha para o oeste. Se não fosse Brasília, não teria sido possível Rondônia, Mato Grosso, Acre ou, pelo menos, o desenvolvimento de todos esses estados.

Quando acaba o governo Kubitschek, nós temos um intervalo dramático no país. Entra o senhor Jânio Quadros com um programa também neoliberal. Um programa que atendia no campo interno aos interesses do capital internacional e ao grande capital nacional. E no campo externo, fazer uma abertura política para a União Soviética. Foi uma grande controvérsia. Essa foi uma das contradições que o presidente Jânio cometeu, que acabou renunciando e sendo sucedido por Jango Goulart. Jango Goulart fez um governo bastante tumultuado e turbulento que acabou sendo derrubado pelo golpe militar de 64.

Quando vem os militares, novamente após os dois anos de arrumação de casa feita pelos então ministros Bulhões e Roberto Campos, é novamente o Estado nacional quem toca o segundo plano, o segundo momento do crescimento econômico brasileiro. É o Banco do Brasil, o BNDE, a Petrobrás, a Eletrobrás, Furnas, enfim, há um fortalecimento do Estado nacional como condutor da política econômica. E, apesar dos erros que os militares cometeram e que foram muitos, especialmente no campo social e no campo político, eles tiveram um razoável êxito na questão do crescimento econômico. Esse processo atingiu o auge durante o governo Geisel. Foi aí que realmente a estatização brasileira atinge o seu auge. Nesse momento, porém, fim do governo Geisel e começo do governo Figueiredo, esse modelo de crescimento econômico comandado pelo Estado acaba. No mundo inteiro a situação se modifica. O Brasil sofre dois choques nesse momento. O choque do petróleo e o choque dos juros. E o Estado nacional, que até então era um Estado superavitário, que até então poderia estar cumprindo razoavelmente as suas funções no campo econômico então tão bem no campo social mas, ainda cumpria muito melhor do que hoje, entra num processo de queda. Entra num processo de dissolução e deterioração cujas conseqüências mais dramáticas são o estado que está a saúde pública hoje, o estado em que está a

educação pública hoje e mesmo a condição de infra-estrutura que é uma função do Estado e que hoje está numa situação lamentável. As estradas brasileiras estão de dar dó. Os portos brasileiros têm que ser reaparelhados. O próprio setor elétrico, que no Brasil é um setor tipicamente estatal, está parado há 4, 5, 6 anos. E se nós não tivermos uma nova retomada do desenvolvimento poderemos ter graves problemas devido a falta de energia elétrica. Então, nesse momento, acaba esse projeto comandado pelo Estado em substituição de importação. Mas isso não significa que o Estado deve ser afastado. Isso não significa que a gente deva adotar um modelo neoliberal com funções do Estado mínimo. O Estado só eventualmente se ocupando da educação e saúde, e deixando todo o resto para o mercado. Se assim fosse, teria sido muito fácil a gente ter crescido nos anos 80. Porém, nós não conseguimos nos anos 80 e nesses anos 90 formular um novo papel para o Estado. Modernizar esse Estado de tal maneira que ele, deixando de ser a mola da propulsão do crescimento econômico brasileiro, mas não do crescimento social, pudesse viabilizar um novo projeto no qual a iniciativa privada pudesse comandar o processo. E um processo mais aberto de inserção do Brasil no mundo. E não um processo tão fechado como foi aquele de substituição de importações e que vigorou de 1930 até fins da década de 70. Eu

acho que nesse momento o grande risco que nós estamos correndo é em função de todas as dificuldades, em função do esfacelamento do Estado nacional adotarmos um modelo neoliberal que acabe por congelar a miséria brasileira. Que acabe por deixar o setor da educação pública numa situação lastimável. O setor de saúde pública na própria falência. E acabe prejudicando, inclusive, o sistema financeiro público brasileiro. Que há algo muito importante sobre o qual eu queria dizer alguma coisa.

Os neoliberais acham que não há necessidade do Banco do Brasil. Acham que não há necessidade do BNDES. Acham que o mercado vai resolver isso tudo. Na hora de financiar a agricultura, na hora de financiar a longo prazo, na hora de você investir em infra-estrutura quem tem aparecido é o BNDES, é o Banco do Brasil e alguns bancos estaduais. Isso não quer dizer que o Banco do Brasil e o BNDES e toda a corporação de bancos estaduais e federais não devam melhorar a sua eficácia. Eu defendo um sistema financeiro público forte, ativo, presente, mas que melhore a sua eficácia e deixe de lado o corporativismo. E que possa cumprir adequadamente e correto o programa de privatização. Na minha opinião foi feito apressadamente, sem um projeto de política industrial que pudesse adequar essa privatização a um projeto brasileiro. E eu concordo plenamente com o Roberto Macedo, quando ele diz que não

adianta fazer estabilização se não soubermos para onde vamos. De que adianta um vento favorável se você não sabe a que porto você está se dirigindo, já dizia Sêneca na antigüidade. Então nós temos que ter um programa de política industrial, um programa de política social, um projeto brasileiro, para que a gente possa direcionar os nossos esforços, obtida a estabilização, para a realização do potencial desse país. Não apenas crescimento econômico como houve, por exemplo, no regime militar. Mas, também, o crescimento social.

Nesse ponto, ninguém substituiu o Estado. Porque a iniciativa privada não vai cuidar do grande exército de deserdados que tem no Brasil. O Brasil hoje tem 50, 60 milhões de deserdados. Se você não tiver políticas sociais competentes e que sejam direcionadas no sentido de trazer uma existência melhor a essa multidão de brasileiros, não vai adiantar nada os programas de estabilização. E aí o papel do Estado é preponderante para as suas políticas sociais, política industrial, articular e induzir uma política econômica que permita nos inserirmos competitivamente no mundo, como hoje apregoa o jargão liberal mas, principalmente, nos adequarmos para atendermos às enormes necessidades do nosso mercado interno que até hoje foram totalmente esquecidas.

E, para terminar, quando se fala em governabilidade é preciso dar ao Estado condições para que possa governar esse país tão cheio de contrastes, paradoxos e com um potencial tão grande e que se encontra numa situação tão miserável. Nesse particular, algumas reformas são absolutamente indispensáveis. E não vejo como fazer isso sem uma revisão da Constituição. Esse assunto não pode ser levado emocionalmente. Ganhe quem ganhar as próximas eleições, se nós não fizermos algumas reformas estruturais no campo tributário, na previdência social, no campo administrativo, no campo eleitoral, dificilmente algum governo poderá ter gestão, poderá conseguir a governabilidade. Esta é um processo político. Tem que haver uma grande conscientização de todos os cidadãos. Quer ele participe da política diretamente ou indiretamente como cidadão. Que nós temos que saber escolher os nossos representantes para que eles possam, na atribuição de suas funções, legislativas e executivas, comporem um quadro institucional que devolva a governabilidade e que permita a gestão desse país.

Resumen**NUEVO ESTADO, GESTIÓN Y GOVERNABILIDAD**

Es necesario dar al Estado condiciones para que pueda gobernar ese país tan lleno de contrastes, paradojas y con un potencial tan grande y que se encuentra en una situación tan miserable. En ese caso, algunas reformas son absolutamente indispensables. Y no veo cómo hacer eso sin una revisión de la Constitución.

Abstract**NEW STATE, ADMINISTRATION AND GOVERNABILITY**

It is necessary to give the State conditions to govern this country, with so many contrasts, paradoxes and great potential, besides finding itself in such miserable condition. Concerning the situation, certain changes are absolutely essential. I cannot see how this can be done without reviewing the Constitution.

Texto baseado em palestra proferida durante o Encontro Nacional: Função Pública, Estado e Sociedade, realizado na ENAP, Brasília/DF, em abril de 1994.

Roberto Nicolau Jeha é diretor primeiro secretário da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
